

NEWSLETTER

SPCE

ISSN 2182-9195
Publicação Semestral
Nº 5, janeiro-junho
de 2015



EDITORIAL

SPCE – 25 ANOS DE EXISTÊNCIA. CONTINUAR A IMAGINAR E CONSTRUIR O FUTURO



Comemoração

25 anos da SPCE

Universidade de
Coimbra

Faculdade de
Psicologia e de
Ciências da
Educação

30 de Maio, 15 horas

**SOCIEDADE
PORTUGUESA DE
CIÊNCIAS DA
EDUCAÇÃO**

*Ser Presente no
Futuro da Educação
(1990 – 2015)*

Há uma data que poderia ter sido utilizada como critério para comemorar os 25 anos de existência da SPCE – a data da Assembleia Geral Constituinte que se realizou durante o I Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, entre 30 de novembro e 2 de dezembro de 1989. Este congresso, como referiu o Presidente da Comissão Instaladora e, depois, primeiro presidente da SPCE, Prof. Bártolo Paiva Campos, foi uma “ocasião para ter um panorama sobre o caminho” [até então percorrido] pelas Ciências da Educação em Portugal, e ainda para uma participação alargada na elaboração e aprovação dos estatutos da nova Sociedade” (B. P. Campos, 1991, “A Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação e o seu primeiro congresso”, In: Ciências da Educação em Portugal. Situação actual e perspectivas. Porto: SPCE, p. 10).

Não foi, no entanto, a data deste 1º Congresso que a atual Direção achou mais consensual para comemorar, mas sim 31 de maio de 1990 quando se fez a escritura notarial da Sociedade, sendo outorgantes vários dos nomes pioneiros de diferentes áreas das Ciências da Educação – alguns deles, infelizmente, já desaparecidos, como Teresa Ambrósio, Steve Stoer, Rui Grácio e Rogério Fernandes, cujo legado teórico-conceitual e de investigação continuará a ser uma importante referência para o nosso campo científico e profissional.

Duas décadas e meia de atividade, com muitos períodos intensos, interventivos, produtivos e mobilizadores, e outros que foram tempos mais ténues e menos marcantes, eventualmente atravessados por indefinições ou por uma presença mitigada na nossa comunidade académica e profissional de referência ou, mesmo, de maior ausência no espaço público. Mas tudo isto fez parte de um percurso normal, nunca indiferente a conjunturas sociais, políticas e económicas, mas, em qualquer dos casos, com iniciativas e realizações constitutivas de um *ciclo de vida institucional* que está longe de estar cumprido.

É por isso que, sem perdermos a memória do passado, se torna sobretudo necessário e urgente pensar o futuro: o futuro das Ciências da Educação, sem o qual perderemos o sentido que nos anima para manter viva a nossa Sociedade científica e profissional.

Almerindo Janela Afonso
Presidente da Direção da SPCE

CONTRATOS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO MUNICIPAL

Na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 30/2015, de 12 de fevereiro¹, o XIX Governo deu início a um processo de contratualização com alguns municípios portugueses, a título de projeto-piloto, tendo em vista firmar contratos de educação e formação municipal. Embora genericamente apresentada sob o signo da descentralização e da transferência de competências para os municípios, e interpretada por vários setores como correspondendo a um processo de “municipalização da educação”, entende-se que a medida antes corresponde a um processo de delegação de competências, através de contratos interadministrativos a termo, tendo algumas semelhanças funcionais com os processos de desconcentração da educação que ocorreram desde 1987 com a criação das direções regionais de educação. Mas tais direções, designadas oficialmente como “serviços regionais desconcentrados”, eram estruturas do ministério da educação, ao passo que, agora, a contratualização da delegação de competências é realizada com entidades autónomas, como são os municípios, embora dentro de uma conceção de administração centralizada-desconcentrada. Não se trata, portanto, de uma medida de descentralização democrática, universal e definitiva, mantendo, pelo contrário, o centro como fonte originária dos poderes agora delegados e prevendo já os correspondentes instrumentos de controlo informático, como acontece com as escolas e agrupamentos. Estes, de resto, foram subordinados ao papel de meros observadores periféricos, sem voz, das dinâmicas de negociação entre a entidade delegante e as entidades delegatárias, remetendo uma vez mais a chamada “autonomia da escola” para uma condição retórica, sem expressão minimamente substantiva. O estudo desta medida, designadamente através da investigação das práticas de organização e

administração escolar, bem como das relações de poder entre ministério, município e escola, e dos respetivos impactos educativos, constituirá matéria de elevado interesse científico e pedagógico a partir de agora.

Licínio C. Lima
Universidade do Minho

BREVES NOTAS CRÍTICAS SOBRE O PROGRAMA ‘APROXIMAR EDUCAÇÃO’

A criação, decorridos que são dois anos, do “Aproximar – Programa de Descentralização de Políticas Públicas” (Resolução do Conselho de Ministros n.º 15/2013, de 16 de março) não suscitou na altura muita controvérsia. A atribuição da coordenação política do programa ao Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares (na época Miguel Relvas, muito próximo do Primeiro Ministro) e da coordenação executiva à Secretaria de Estado da Administração Local e Reforma Administrativa são evidências da importância política atribuída pelo governo ao assunto. O avanço das negociações entre o governo central e alguns municípios e também a visibilidade que lhe foi dada pelos meios de comunicação social tiveram o mérito de trazer o tema para a ribalta. Trata-se de um programa de políticas públicas que vai para além da Educação. Neste domínio, os promotores enfatizam a adesão voluntária dos municípios, o caráter de “experiência piloto”, a sua extensão a todos os ciclos desde a educação pré-escolar ao ensino secundário e o compromisso de não aumentar a despesa pública. Enunciam-se as áreas passíveis de contratualização: gestão de instalações, gestão do currículo, gestão financeira e gestão de recursos humanos, incluindo pessoal docente e não docente.

Neste texto, necessariamente curto, não poderei alargar-me em considerações. Passarei em revista algumas das principais dimensões de uma problemática que veio para ficar. Referir-me-ei doravante ao Programa “Aproximar Educação”, que identificarei apenas por PAE.

Começamos pelo contexto político, económico e social em que esta medida surge: um tempo de

¹ Para uma análise preliminar ver o trabalho intitulado “O Programa *Aproximar Educação*, os Municípios e as Escolas: descentralização democrática ou desconcentração administrativa?”. *Questões Atuais de Direito Local*, n.º 5 (2015), pp. 7-24.
<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/34863>

profunda reconfiguração do papel do Estado ditada pela adesão ideológica ao neoliberalismo, promotora da nova gestão pública e suas preocupações de contornos gerencialistas, a vigência do “Programa de Assistência Financeira” a que a Troika emprestou legitimidade externa e interna. A aprovação em conselho de ministros, também em 2013, do *Guião para a Reforma do Estado* e a publicação do novo Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo (Decreto-Lei nº 152/2013, de 4 de novembro) ilustram, de forma inequívoca, o ideário que inspira o XIX Governo Constitucional: no primeiro caso, é anunciada a fórmula “concessões de escola” a “autarquias”/“associações de várias autarquias” (*Guião*, p. 71), sob o argumento de que “a descentralização, por regra, é mais eficiente”, a que se acrescenta a criação das “escolas independentes”, que seriam “propriedade e gestão dos próprios professores, mediante a contratualização com o Estado do serviço prestado e do uso das instalações” (*Guião*, p. 73); no segundo caso, concretiza-se o “novo ciclo de contratos de associação” anunciado no *Guião* (p. 73), contratos estes celebrados com as escolas particulares e cooperativas que adquirem, por força da lei e já não apenas pela consagração obtida por mais de três décadas de políticas e práticas públicas, um estatuto pleno e não de complementaridade da ação da escola pública como sugerido desde 1980 (Decreto-Lei nº 553/80, de 21 de novembro).

São notórias as marcas de uma macro-orientação política que privilegia a privatização: por outras palavras, para se atingir “Um Estado melhor” (título muito significativo do *Guião para a Reforma do Estado*) torna-se uma urgência reduzir o Estado, nomeadamente o seu papel na provisão dos serviços públicos como a Educação. A este propósito, escrevi, há oito anos atrás, que o espaço das atividades de enriquecimento curricular (AEC) constitui(u) “um verdadeiro laboratório de soluções num contexto de relacionamento entre o Centro e o Local marcado por tendências de desestatização, num ambiente de forte instabilidade caracterizado por relações laborais flexíveis e precárias”². Não negando alguns méritos que a medida também teve,

um dos aspetos mais controversos remete para os efeitos no domínio da contratação dos “técnicos” (o paralelismo pode agora ser estabelecido com os professores...), a sua submissão à lei da oferta e da procura, a flexibilização e desregulação dos canais de fornecimento da mão-de-obra. A preocupação parece ter sido a de montar um modelo *low cost* em termos de encargos financeiros e gestor no desenho, evitando a todo o custo engrossar o número de funcionários públicos. A história recente mostra uma confusão preocupante entre algumas formas de contratualização entre o poder central e os municípios e o fenómeno da desregulação. O “laboratório” atrás referido permitiu ensaiar soluções diversas, “criativas” e “eficazes” no âmbito da administração do sistema educativo, norteadas pelos princípios da nova gestão pública. Vamos acompanhar com atenção a implementação do PAE e outras medidas complementares que alterem a organização pedagógica das escolas e agrupamentos, os seus órgãos de governo, a própria contratação de professores.

A concluir, a discussão, já realizada por Licínio Lima³, sobre a natureza “descentralizadora” do PAE merece ser aprofundada. Tratando-se de um contrato interadministrativo de delegação de competências celebrado, através de um contrato, entre o poder central e os municípios signatários, mostra coerência entre o PAE e o *Guião para a Reforma do Estado*: não se trata, para já, de avançar com um programa de “concessão de escolas”, mas antes de uma política de “concessão” de competências aos municípios, antes alocadas quer nos serviços centrais e desconcentrados do ministério quer nas próprias escolas. A ação tutelar que o ministério, como serviço central, se prepara para exercer também sobre os municípios confere validade à afirmação de Lima quando conclui que o PAE consubstancia mais uma medida de “desconcentração administrativa” do que de efetiva “descentralização democrática” através da transferência de competências. Referimo-nos, naturalmente, ao plano das regras negociadas entre as partes envolvidas nesta

² Neto-Mendes, António (2007). “A Participação dos municípios portugueses na educação e a reforma do Estado – elementos para uma reflexão. In XXIII Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação, V Congresso Luso-Brasileiro de Política e Administração da Educação, I Colóquio Ibero-Americano de Política e Administração da Educação – Por uma Escola de Qualidade para Todos: programação e trabalhos completos. Org. Benno Sander, ANPAE, Porto Alegre, UFRGS/FACED/PPGEDU. Publicação em CD-ROM.

³ Lima, Licínio C. (2015). O Programa “Aproximar Educação”, os municípios e as escolas: descentralização democrática ou desconcentração administrativa? *Questões Atuais de Direito Local*, 5, pp. 7-24.

contratualização. Vai ser necessário aguardar pelo desenvolvimento dos contratos, em cada município, para avaliar o seu potencial de mudança.

António A. Neto-Mendes
Universidade de Aveiro

VOZES SOBRE A PROFISSIONALIDADE

AS CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO, UM CURSO DE FUTURO !

Muitos perguntam o que se faz com este curso, quais as áreas profissionais? Que trabalho? Um curso com e de futuro, diria eu, se quisermos que o futuro seja diferente do passado.

Ao longo dos últimos anos, muito se tem notado em termos da educação, pouco se tem alterado no que se refere ao paradigma educativo, mas, atualmente muito tem sido questionado. A sociedade mudou, está a mudar e precisa de continuar. Olhando para o que nos rodeia, sabe-se que a educação não está a funcionar como deveria - faltam as competências essenciais e as transversais, parece que falta a sensibilidade de quem emprega e é empregado, parece que faltam os projetos de vida e também as oportunidades, parece que a escola está a reproduzir a sociedade e não a torná-la mais democrática... por isso, há que questionar, perceber para poder transformar!

As Ciências da Educação permitem perceber e questionar, permitem tomar decisões de forma informada e consciente, permitem planear e aplicar, superando lacunas e transformar realidades, permitem refletir e fazer sonhar que a mudança é possível, e só depois de se acreditar é possível mudar! Muitos são os contextos que necessitam de transformação pedagógica, muitas são as pessoas que necessitam de transformação cultural - empresas, escolas, autarquias, associações, universidades, comunidades em geral. Seria simples de explicar se fosse uma ciência exata, mas não é; várias são as ciências que estudam a educação e só se pode ter uma boa reflexão e intervenção se a nossa visão for interdisciplinar, pois nunca há apenas uma solução. É muito importante a explicação do porquê de fazer para se poder escolher. Grandes mudanças precisam de resultados, mas assentam em processos!

A sua profissionalidade tem sido questionada e até pouco percebida pois é ampla e constrói-se em projetos de vida diversos, em contextos de intervenção em mudança, onde o profissional se vai especializando em áreas que se cruzam na intervenção em educação, assumindo-se o conceito de educação defendido pela UNESCO, assente nos quatro pilares: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser.

Planear, construir e implementar grandes ou pequenos projetos de intervenção educativa; planear, construir e implementar conteúdos formativos; planear e implementar processos participativos; gerir transformações educativas; articular e ampliar o potencial tecnológico; trabalhar com jovens, adultos ou idosos; que área, ao nível da sociedade, pode ser mais rica e urgente de intervir?

A Educação não tem sido uma prioridade nestes tempos, pois tem sido utilizada como um fim e não como um meio, não importando como um processo mas com um resultado, medido por exames e certificações. Mas este panorama está a mudar e tem que mudar. Os próximos anos serão decisivos e a aplicação profissional dos nossos profissionais em muito pode contribuir para essa mudança!

Patrícia Figueiredo
Presidente da ANALCE

SPCE-SEC

A EDUCAÇÃO COMPARADA PARA ALÉM DOS NÚMEROS

A SECÇÃO DE EDUCAÇÃO COMPARADA ORGANIZA A 1ª CONFERÊNCIA, A EDUCAÇÃO COMPARADA PARA ALÉM DOS NÚMEROS, LISBOA 25-27 JANEIRO 2016

No último Congresso da SPCE, realizado na UTAD em Setembro de 2014, foi formalmente constituída a Secção de Educação Comparada da SPCE (SPCE-SEC). Nessa ocasião, foi aprovado o seu Regulamento, o seu Programa de Trabalhos para 2014-2016 e eleitos os seus coordenadores. Esses documentos, bem como outras informações, estão disponíveis em

<http://www.spce.org.pt/seccoesgruposreflexaoinvestigacao.html>

Em Novembro de 2014, a SPCE-SEC foi admitida como membro de pleno direito no World Council of Comparative Education Societies (WCCES) e participou na constituição da Sociedade Iberoamericana de Educação Comparada (SIBEC). Os professores e investigadores do campo da Educação Comparada passaram a ter uma representação externa, facilitando a sua participação em eventos internacionais e, espera-se, o reforço da internacionalização da sua produção científica.

A SPCE-SEC prepara a sua 1ª Conferência, sob a consigna *A Educação Comparada para além dos números. Contextos locais, realidades nacionais e processos transnacionais*. A Conferência decorrerá em Lisboa, no Centro Cultural de Belém (CCB) e na Universidade Lusófona, de **25 a 27 de Janeiro de 2016**. Contamos divulgar em breve o programa, estando já confirmados, como conferências ou participantes em painéis, alguns dos mais reconhecidos investigadores das problemáticas em debate: Andy Green, Carlos Alberto Torres, Jani Ursin, Jean-Louis Derouet, Mariano Enguita, Pablo Gentili, Roger Dale, Romuald Normand, Susan Robertson, Xavier Bonal, Naomar de Almeida Filho, Martin Lawn, entre vários outros.



A Conferência permitirá também uma ampla participação de todos quantos tenham trabalhos (e redes) nos temas em debate e que são detalhados na chamada própria. Está aberta a apresentação de

propostas para *mesas temáticas, grupos de trabalhos e comunicações*. Desejamos uma massiva participação de professores e investigadores, mas também de estudantes, que permita um diálogo com colegas de outras regiões, particularmente da América Latina (do Brasil, muito em particular), de África (em particular, dos países da CPLP) e da Europa (em particular, de Espanha). O website da conferência está disponível em <http://www.spce-conference2016.pt/1/>

Vamo-nos mantendo em contacto. A vitalidade deste tipo de associações científicas depende sempre da capacidade de interagirmos, de construirmos verdadeiras *comunidades de aprendizagem*. É isso que desejamos para a SPCE-SEC. Inscreva-se e participe.

António Teodoro
Universidade Lusófona de Lisboa

CONHEÇA ...

ADMEE- EUROPE

ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DAS METODOLOGIAS DE AVALIAÇÃO EM EDUCAÇÃO NA EUROPA

A ADMEE-Europe é uma associação internacional, de carácter científico, com mais de três décadas, centrada na avaliação em educação, formação e intervenção social, que reúne entre os seus membros, investigadores, professores, formadores, consultores e outras pessoas interessadas no tema. A Associação tem um entendimento amplo da diversidade e complexidade do tema da avaliação em educação e formação e procura abordá-lo sobre várias perspetivas: as formas e funções da avaliação; os desafios psicológicos, sociais e éticos; os objetos de estudo, os métodos e instrumentos; os efeitos e as utilizações; os atores e os parceiros; e as diversas abordagens disciplinares. A ADMEE-Europe conta com secções nacionais em diversos países, como a Bélgica, França, Líbano, Luxemburgo, Marrocos, Portugal e Suíça.

A ADMEE-Europe dinamiza um conjunto de

atividades que visam promover a investigação, a reflexão, o debate, a divulgação, a formação e a intervenção em avaliação, tais como, a publicação de duas revistas e de um boletim, a realização de um colóquio anual, a promoção de encontros e debates, a realização da Universidade de Verão e a atribuição de um prémio de mérito a jovens investigadores. A ADMEE-Europe, em articulação com a ADMEE-Canadá, publica a revista *Mesure et évaluation en éducation*, desde 1978. Recentemente, a Associação criou uma revista online - *Evaluer, Journal international de recherche en éducation et formation*, que visa divulgar investigações realizadas no domínio da avaliação e artigos de revisão de literatura sobre o tema. O Boletim online é especialmente orientado para a divulgação das atividades da Associação e para a difusão de práticas de avaliação em educação e formação. O Colóquio realiza-se anualmente num dos países com secção da Associação, o próximo tem lugar no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, em Janeiro de 2016.

Podem tornar-se membros da ADMEE-Europe todas as pessoas interessadas no domínio da avaliação. Os membros recebem gratuitamente as revistas publicadas pela Associação, recebem informação sobre eventos e outros assuntos de interesse no domínio da avaliação e têm desconto na inscrição do colóquio. Para mais informação consultar o site da ADMEE-Europe: <http://www.admee.org/>

Cármén Cavaco
Universidade de Lisboa

PROJETO GLONATINS – DESAFIOS GLOBAIS, INICIATIVAS NACIONAIS E RESPOSTAS INSTITUCIONAIS: MAPEANDO A TRANSFORMAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PORTUGUESAS NO DEALBAR DO SÉCULO XXI

Investigador-coordenador – Pedro Nuno Teixeira – CIPES e U. Porto

Investigadores responsáveis pelas quatro linhas do projeto: António Magalhães, Maria João Rosa Pires, Cláudia Sarrico e Teresa Carvalho.

O ensino superior português vive um momento crítico da sua história. Ao longo das últimas décadas

o sistema foi-se expandindo de um modo rápido, passando, em poucos anos, de um sistema reduzido, elitista, centrado nas atividades de ensino e periférico, para se tornar num sistema massificado, mais intensivo em investigação e mais internacionalizado. Assim, o sistema português está hoje crescentemente integrado no sistema internacional e participa nas transformações que têm lugar à escala global. Além disso, as expectativas sobre o papel do sistema na sociedade portuguesa são hoje bem mais ambiciosas. De facto, o ensino superior é visto crescentemente como um factor decisivo na modernização socioeconómica do país e na sua capacidade em participar, com sucesso, num mundo globalizado. É neste contexto que têm tido lugar um conjunto de iniciativas visando fortalecer a capacidade organizacional das instituições portuguesas de ensino superior e a sua resposta a desafios sociais complexos.

Deste modo, este projeto de investigação visa contribuir para uma melhor compreensão acerca do modo como as instituições de ensino superior portuguesas estão a responder aos desafios que se colocam ao ensino superior à escala global, e de que forma as iniciativas recentes têm influenciado essa resposta. O projeto desenvolve-se em torno de quatro áreas fundamentais e na sua interação:

- as mudanças na governação sistémica e institucional do ensino superior, e o modo como estas se relacionam com as questões da qualidade e do desempenho institucionais;
- a concretização de políticas institucionais, visando a promoção dum ambiente favorável à qualidade das diferentes missões;
- o desenvolvimento institucional de sistemas de gestão do desempenho;
- a análise das mudanças nos equilíbrios de poder internos e o seu impacto para a definição da identidade dos diferentes grupos profissionais.

A hipótese de partida é a de que estas várias dimensões interagem e influenciam-se mutuamente e de que as políticas nacionais e institucionais devem perspetivá-las de um modo integrado caso pretendam influenciar eficazmente a resposta organizacional às questões de qualidade, desempenho, governação e profissionalização. O desenvolvimento deste projeto de investigação baseia-se no conhecimento e experiência acumulados pela equipa de investigação nos últimos 15 anos, no

âmbito da análise das principais mudanças no ensino superior em Portugal, incluindo a análise comparativa em termos internacionais. A relevância deste projeto não se restringe ao seu contributo para o conhecimento científico sobre os processos de transformação institucional no ensino superior. Ao analisar as transformações institucionais e as respostas a mudanças políticas, o projeto de investigação coloca como um dos seus objetivos fundamentais contribuir para a promoção de uma gestão institucional mais eficaz num contexto de mudança. Além disso, os resultados de investigação poderão constituir um contributo importante para a formulação de melhores políticas para o ensino superior que potenciem o contributo deste setor para o progresso económico e social do país.

Pedro Nuno Teixeira
CIPES



DOUTORAMENTO *HONORIS CAUSA* DE ANTÓNIO SAMPAIO DA NÓVOA

EM DESTAQUE

CARTA ÉTICA DA SPCE

Foi aprovada em Assembleia Geral, em 12 de setembro de 2014, no XII Congresso da SPCE a sua Carta Ética. A elaboração deste instrumento de regulação ético-deontológica foi da responsabilidade de um grupo de trabalho coordenado pela Professora Doutora Isabel Baptista.

<http://www.spce.org.pt/regulacaoeticodeontologia.html>



DOUTORAMENTO *HONORIS CAUSA* DE SÉRGIO NIZA

A Universidade de Lisboa atribuiu o título *Honoris Causa*, no dia 23 de abril na Aula Magna da Reitoria, ao associado da SPCE Professor Sérgio Niza. O Professor Doutor António Sampaio da Nóvoa, na qualidade de padrinho, proferiu o elogio do laureado.

A Universidade do Algarve atribuiu o título de Doutor *Honoris Causa* a António Sampaio da Nóvoa, membro do Conselho Consultivo da SPCE, no passado dia 7 de maio de 2015. Na cerimónia, a SPCE fez-se representar pela Prof^a Rosanna Barros, membro da Mesa da Assembleia Geral e Coordenadora da Região do Algarve. Além do discurso do novo doutor, a cerimónia contou com as intervenções do Reitor da UAlg, António Branco, e do também ex-Reitor da UL, Professor Doutor José Barata-Moura, que, na qualidade de padrinho, proferiu o discurso de elogio de António Sampaio da Nóvoa.

PRÉMIO SPCE

Este prémio é constituído pela publicação de uma obra de mérito no campo da educação ou da formação, escolhida por um júri de reconhecidos especialistas, após concurso público anual promovido pela SPCE.

O prémio Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação/De Facto Editores 2013 foi atribuído à obra de Carlos Pires intitulada *Escola a Tempo inteiro. Contributos para a análise de uma política pública de educação*.



Do Prefácio

“(…) O grande mérito desta obra reside, não só, no contributo que dá para o conhecimento de uma medida política relevante, mas sobretudo (e é aí que faz a diferença com investigações congêneres centradas na mesma política) no facto de utilizar esta medida como um analisador das políticas públicas para o 1º ciclo do ensino básico. Neste sentido, os modos como foram justificadas, elaboradas, decididas e ordenadas as diversas normas e regulamentos que configuraram a política de “Escola a Tempo Inteiro” traduzem uma perceção mais vasta dos referenciais para o serviço público de educação, neste nível de ensino, nomeadamente no que respeita à sua missão, às características que devem reger a sua provisão, ao papel do Estado e dos diferentes níveis da sua administração, à construção de uma ordem educativa local. (...)”

É uma obra que passará a constituir uma referência incontornável para o conhecimento das políticas públicas recentes, em Portugal, no ensino do 1.º ciclo e cujo poder indagativo (no domínio metodológico e analítico) a torna um instrumento imprescindível para a formação inicial e contínua dos professores e para os estudiosos das políticas públicas de educação.”

João Barroso
(in Prefácio)

EVENTOS DE 2014 EM DESTAQUE



A Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro acolheu o XII Congresso da SPCE subordinado ao tema: ***Ciências da Educação: Espaços de investigação, reflexão e ação interdisciplinar***

<http://xiicongressospce2014.utad.pt/>, nos dias 11, 12 e 13 de setembro de 2014 em Vila Real. Com cerca de 600 participantes, contou com oradores de prestígio nacional e internacional entre os quais António Sampaio da Nóvoa, Licínio Lima, José A. Caride e José Pacheco Pereira.

No discurso de abertura o Presidente da SPCE, Prof. Almerindo Janela Afonso, salientou que “iniciativas como esta podem ser para nós, membros e não membros da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, momentos

valiosos e luminosos para darmos visibilidade ao nosso trabalho, e reafirmarmos um campo científico e pedagógico tão legítimo, importante e imprescindível como qualquer outro. Por isso, é muito importante não esquecer que o direito e o dever de pensar a Educação, na sua complexidade científica, disciplinar e interdisciplinar, é também uma conquista civilizacional da qual não podemos abrir mão”.

O Instituto Politécnico de Viseu terá a responsabilidade de organizar o XIII Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, com data definida para os dias 6, 7 e 8 de outubro de 2016. *Fronteiras e transições na educação: diálogos e respostas transversais* dará o mote ao evento.

Maria João de Carvalho
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

ECER 2014

Uma candidatura conjunta da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação (SPCE) e do Centro de Investigação, Difusão e Intervenção Educacional à European Educational Research Association (EERA), resultou no acolhimento pela Universidade do Porto da edição de 2014 da European Conference on Educational Research.

Organizada pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação e pelo Centro de Investigação e de Intervenção Educativas da mesma faculdade, a ECER acolheu na primeira semana de setembro cerca de 3000 participantes de 75 países.

A comissão organizadora era composta por membros da SPCE como Sofia Marques da Silva (chair), Carlinda Leite, Ana Milheiro Silva, Cristina Queirós, Isabel Menezes, Helena Costa Araújo, Isabel Menezes e Preciosa Fernandes.

A ECER 2014, subjacente ao tema “Passado, presente e futuro da investigação em educação na Europa”, contou com cinco oradores/as de renome internacional, entre os/as quais António Sampaio da Nôvoa, da Universidade de Lisboa, Agnès Van Zanten, do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS) e Madeleine Arnot, da Universidade de Cambridge. Debateu-se o lugar da Ciência numa sociedade de desigualdades o papel da educação no desenho de alternativas mais inclusivas.

O 20º aniversário da EERA – European Educational Research Association – em curso durante 2014 foi celebrado durante a conferência numa cerimónia na Casa da Música, com uma atuação da Orquestra Clássica da FEUP, contando com discursos do futuro Presidente da EERA, do Reitor da Universidade do Porto, Sebastião Feyo de Azevedo, e de uma doutoranda da FPCEUP, Marta Sampaio.

Sofia Marques da Silva
Universidade do Porto





Alguns membros dos órgãos sociais da SPCE em diferentes momentos da tomada de posse



No passado mês de outubro de dois mil e catorze, tomaram posse os membros eleitos para os órgãos sociais (Mesa da Assembleia Geral, Direção e Conselho Fiscal), para o triénio outubro de 2014-outubro de 2017. O ato eleitoral, muito participado, realizou-se em doze de setembro de dois mil e catorze, durante o XII Congresso da SPCE, na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

O que nos propomos realizar neste mandato

- Definir o regulamento do Conselho Consultivo e convocar com maior regularidade a intervenção do mesmo;
- Estabelecer a composição e o regulamento do Conselho de Acompanhamento da Aplicação da Carta Ética da SPCE;
- Organizar as Comemorações dos 25 anos da SPCE;
- Candidatar a SPCE à acreditação como Entidade Formadora de Formação Contínua;
- Dar continuidade à participação ativa no Conselho Nacional de Educação;
- Manter a periodicidade de realização dos Encontros e Seminários internos;
- Indexar a Revista Investigar em Educação;
- Incentivar a criação de novas Secções e Grupos de Reflexão e Investigação;
- Colaborar na organização do XIII Congresso da SPCE;
- Definir os regulamentos dos Representantes no estrangeiro e dos Coordenadores Regionais e Locais;
- Atender a solicitações incontornáveis que procedam da comunidade académica;
- Dar maior visibilidade social a iniciativas da SPCE e divulgar posicionamentos sobre a Educação e as políticas educativas, nomeadamente nos órgãos de comunicação social.
- **Trabalhar para uma melhor e mais assídua intervenção pública em defesa das ciências da educação.**

O QUE VAI ACONTECER...

6º Encontro de Investigadores

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias /
Lisboa - CeIED- Instituto de Educação.

10 de junho de 2015

<http://spce.org.pt/PDF/encontroinvestigadores.pdf>

Seminário Avaliação Externa de Escolas: perspetivas em
confronto

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

12 de junho de 2015

<http://spce.org.pt/PDF/seminarioaeeecartaz.pdf>

Conferência/Mesa Redonda Administração da Educação
Relações Ministério/Municípios

Fórum Português de Administração Educacional/
Instituto de Educação da Universidade de Lisboa

27 de junho de 2015

<http://spce.org.pt/PDF/ConferenciaMesaRedonda.pdf>

Conferência Ibérica de Sociologia da Educação - A
Educação na Europa do Sul - Constrangimentos e
desafios em tempos incertos

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade
Nova Lisboa.

9, 10 e 11 julho de 2015

<https://sites.google.com/site/soced2015/home>

I Seminário Internacional «Educação, Territórios e
Desenvolvimento Humano

Universidade Católica Portuguesa / Porto

23 e 24 de julho de 2015

<http://www.fep.porto.ucp.pt/Educacao-Territorios-Desenvolvimento-Humano>

II European Conference on Curriculum Studies - ECCS
2015 Curriculum Studies: policies, perspectives and
practices

Faculty of Psychology and Educational Sciences of the
University of Porto (FPCEUP) and the Centre for
Research and Intervention in Education (CIIE)

16 e 17 de outubro de 2015

<http://www.fpce.up.pt/eccs2015>

II Colóquio Internacional de Ciências Sociais da
Educação (II CICSE), «O Governo das Escolas: Atores,
Políticas e Práticas»

Universidade do Minho

1, 2 e 3 de outubro de 2015

<http://webs.ie.uminho.pt/iicicse/programa.html>

Conferência Internacional “A educação comparada para
além dos números – contextos locais, realidades
nacionais e processos transnacionais”

Universidade Lusófona, Lisboa

25, 26 e 27 janeiro 2016

<http://www.spce-conference2016.pt/>

**Revista Investigar em Educação, 2ª série, nº 3,
2015**

Educação em Tempo de Crise

Editorial – Luís Miguel Carvalho e Manuel Jacinto
Sarmento

Artigo especial

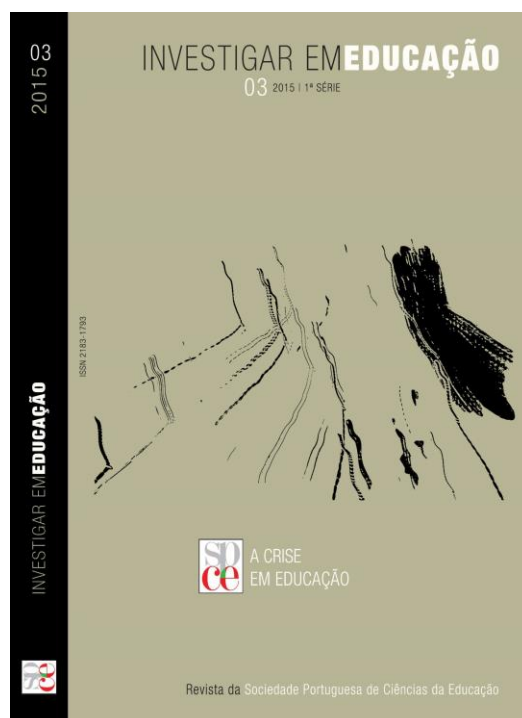
- Carta a um jovem investigador em Educação
(Texto da Conferência de abertura do XII
Congresso da Sociedade Portuguesa de
Ciências da Educação, Vila Real, 11 de
Setembro de 2014) – António Nóvoa

Artigos encomendados sobre o tema de capa

- Crisis, educación y desigualdad: una
cuestión de paradojas – Xavier Bonal
- A Crise da Educação como Bem Social – a
propósito do caso português – Margarida
Chadas Lopes
- Crise, Austeridade e Educação em Portugal
(2011-2014) – Ana Benavente, Sandra
Queirós e Graça Aníbal

Artigos

- A "máquina do empreendedorismo": Teatro
do Oprimido e educação crítica em tempo de
crise – Inês Barbosa e Fernando Ilídio
Ferreira
- Regulação de políticas educativas e sociais
num Agrupamento de Escolas: a emergência
de um Gabinete de Inclusão Cidadã em
contexto de crise – María Cecilia Bocchio
- Formação de Pessoas Adultas: Uma Análise
em torno da Construção de Identidades
Aprendentes em Contexto de Crise – Maria
Custódia Rocha e Marta Sofia Silva
- Currículo em tempos de crise: os jornais
portugueses e a construção social do
currículo – Ana Mouraz, Ana Cristina
Torres e Carla Nunes



Coleção

ESTUDOS PEDAGÓGICOS

TRABALHO PRÁTICO INVESTIGATIVO NO ENSINO DAS CIÊNCIAS: EXPERIMENTAL OU LABORATORIAL?

03
CEP

Melina Figueiroa

**DINÂMICAS
EDUCACIONAIS**
CONTEMPORÂNEAS

WHITEBOOKS

FICHA TÉCNICA

A Newsletter SPCE é uma publicação da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação.

-
Comissão de Redação: Ana Maria Seixas e Maria João de Carvalho
Apoio técnico : Rosa Branca Pinto
Conceção gráfica: Emídio Correia
Publicação semestral
ISSN 2182-9195

-
Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação
Rua João de Deus, n.º 38
4100-456 Porto
Telefone e Fax: (+351) 226 009 525
Email: spce.geral@gmail.com / newsletter.spce@gmail.com
Website: <http://spce.org.pt/>
Facebook:
<http://www.facebook.com/SPCE1990>